



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

7

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)


Atena
Editora
Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

7

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado

7

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 7 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-281-4
DOI 10.22533/at.ed.814201308

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional.
I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O sétimo volume deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles e aquelas que pensam e inter cruzam as diferentes interfaces educacionais

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns a Educação.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DOS GRANDES RIOS: O PROJETO ESCOLAS D'ÁGUA NO BRASIL	
Edilzane Almeida Corrêa	
Leandro Monteiro Xavier	
Daniely Alves Almada	
Jaqueline Araújo da Silva	
Luiz Fernando Aguiar Júnior	
Taís Amaral Pires dos Santos	
Yasmim Cristina dos Santos Marques	
Marcelo Antonio Jose de Mesquita	
Sebastião Ribeiro Xavier Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8142013081	
CAPÍTULO 2	11
RESILIÊNCIA E EDUCAÇÃO: UM PANORAMA DOS ESTUDOS BRASILEIROS	
Luciana Ramos Rodrigues de Carvalho	
Francismara Neves de Oliveira	
Jamille Mansur Lopes	
Maria Fernanda Maceira Mauricio	
DOI 10.22533/at.ed.8142013082	
CAPÍTULO 3	24
PERCEPÇÕES DE ESCOLARES ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	
Maria Albaneide Fortaleza	
DOI 10.22533/at.ed.8142013083	
CAPÍTULO 4	37
A PEDAGOGIA EMPRESARIAL COMO POSSÍVEL INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DO OUTRO NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL	
Luiz Alberto Borcsik	
Carlos Roberto da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.8142013084	
CAPÍTULO 5	48
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	
Luan Chagas Furlan	
Gemeniane Maria Sales	
Elisa Gomes Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.8142013085	
CAPÍTULO 6	71
DIFICULDADES PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR: A REALIDADE DE ALUNOS DO INTERIOR DE ALAGOAS	
Ana Kelly da Silva Fernandes Duarte	
Ana Karoline da Silva Fernandes Duarte	
Osman Cavalcante Júnior	
Ana Cláudia da Silva Fernandes Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.8142013086	

CAPÍTULO 7 79

MAPEAMENTO DO CLIMA ORGANIZACIONAL EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Adelcio Machado dos Santos
Donizete Dala Santa
Genéia Lucas dos Santos
Scheine Neis da Cruz
Joel Haroldo Baade

DOI 10.22533/at.ed.8142013087

CAPÍTULO 8 95

ESCOLA, SOCIEDADE E CULTURA – A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA MATRIZ CURRICULAR ESCOLA

Adelcio Machado dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.8142013088

CAPÍTULO 9 106

MAPEAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA A RESPEITO DA EDUCAÇÃO 4.0 NO PERÍODO DE 2015-2019

Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza
Lucas Capita Quarto
Fábio Luiz Fully Teixeira
Fernanda Castro Manhães
Sebastião Duarte Dias

DOI 10.22533/at.ed.8142013089

CAPÍTULO 10 114

PROPOSTA INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A NEUROCIÊNCIAS E O ENVELHECIMENTO HUMANO

Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza
Lucas Capita Quarto
Fábio Luiz Fully Teixeira
Fernanda Castro Manhães
Sebastião Duarte Dias

DOI 10.22533/at.ed.81420130810

CAPÍTULO 11 125

EDUCAÇÃO PARA A PAZ E A PEDAGOGIA SOCIAL: UMA INTERFACE

Zilpa Helena Lovisi de Abreu
Annaelise Fritz Machado
Bruno Barbosa Sousa

DOI 10.22533/at.ed.81420130811

CAPÍTULO 12 139

A HISTÓRIA ORAL COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA NA EDUCAÇÃO

Helen Arantes Martins

DOI 10.22533/at.ed.81420130812

CAPÍTULO 13 149

A SÉTIMA ARTE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Kárita Misaele Sousa Felipe
Mirelle Fernandes Ferreira
Gabriela dos Reis
Wanderson Sant 'Ana de Almeida

Kamila Kronit Bastos
Edlaine Faria de Moura Villela
DOI 10.22533/at.ed.81420130813

CAPÍTULO 14 155

A FORMA ESCOLAR NAS SOCIEDADES DE CONTROLE

José Eduardo Fonseca Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.81420130814

CAPÍTULO 15 169

EDUCAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO: DESAFIOS PEDAGÓGICOS

Adelcio Machado dos Santos

Alexandre Carvalho Acosta

Alisson Andre Escher

Inês Maria Gugel Dummel

Joel Haroldo Baade

DOI 10.22533/at.ed.81420130815

CAPÍTULO 16 177

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS

Gabriela Rocha Guimarães

Maria Madalena Gracioli

DOI 10.22533/at.ed.81420130816

CAPÍTULO 17 186

AS POLÍTICAS SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: 1995 A 2016

Diana Gurgel Pegorini

DOI 10.22533/at.ed.81420130817

CAPÍTULO 18 199

A PEDAGOGIA JORNALÍSTICA

Vanderlei Souto dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.81420130818

CAPÍTULO 19 205

ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO ATRAVÉS DE UMA AÇÃO CURRICULAR EM COMUNIDADE E EM SOCIEDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cassiane Viana de Andrade

Natália Webler

Tilson Nunes Mota

Ridalva Dias Martins Felzemburgh

DOI 10.22533/at.ed.81420130819

CAPÍTULO 20 211

IMPACTOS DO CAPITALISMO E DO INDIVIDUALISMO NO ALUNO MODERNO: O ENFRAQUECIMENTO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro

Claudio José Amaral Bahia

DOI 10.22533/at.ed.81420130820

CAPÍTULO 21 219

A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO PROJETO AUTONOMIA CARIOCA: A RELAÇÃO DE UMA ACELERAÇÃO DE ESTUDOS COM ÍNDICES QUALIFICADORES DA REDE PÚBLICA CARIOCA (2010-2014)

Elaine Rodrigues de Ávila
Wania Regina Coutinho Gonzalez

DOI 10.22533/at.ed.81420130821

SOBRE O ORGANIZADOR..... 231

ÍNDICE REMISSIVO 232

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS

Data de aceite: 03/08/2020

Data de submissão: 13/05/2020

Gabriela Rocha Guimarães

IFSULDEMINAS/Campus Passos

Passos – MG

<http://lattes.cnpq.br/4072081339890000>

Maria Madalena Gracioli

UNESP/Campus de Franca

Franca – SP

<http://lattes.cnpq.br/6911873719047388>

RESUMO: Por meio de uma revisão bibliográfica, este texto objetiva apresentar e discutir avanços e desafios no tocante à educação de jovens e adultos no Brasil, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Tanto a Constituição quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, apresentam dispositivos que ampliam o direito educacional, favorecendo a defesa da educação de jovens e adultos como um direito. A partir de 2007 as matrículas nessa modalidade de ensino foram incorporadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), representando uma conquista.

No entanto, dados estatísticos recentes apontam desafios a serem transpostos como o não cumprimento das metas intermediárias estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024), relacionadas a essa modalidade, os elevados percentuais de jovens que não trabalham e nem estudam, e de pessoas analfabetas. Essas informações ratificam a necessidade de comprometimento e diálogo entre Estado e sociedade civil, para que jovens e adultos privados do acesso à educação escolar na idade recomendada por lei tenham assegurado o direito à educação de qualidade em todas as etapas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de jovens e adultos, Direito à educação, Educação escolar.

YOUTH AND ADULT EDUCATION IN BRAZIL: ADVANCES AND CHALLENGES

ABSTRACT: Through a bibliographic review, this text aims to present and discuss advances and challenges regarding the education of youth and adults in Brazil, especially after the promulgation of the Federal Constitution of 1988. Both the Constitution and the Act of Directives and Bases of Education of 1996, brought legal mechanisms that expanded the educational rights, favoring the defense of

the education of youth and adults as a right. As of 2007, enrollments in the modality were incorporated into the Fund for Maintenance and Development of Basic Education and Valorization of Education Professionals (FUNDEB), which also represented an achievement. However, recent statistical data points to challenges to be overcome, such as failure to meet the intermediate goals established in the National Education Plan (PNE) (2014-2024), related to the modality, high percentages of young people who neither work nor study and of illiterate people. This information confirms the need for commitment and dialogue between the State and civil society, so that young people and adults deprived of access to school education at the age recommended by law have ensured the right to quality education at all stages.

KEYWORDS: Youth and adult education, Right to education, School education.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto foi originalmente publicado nos Anais do 9º Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente, realizado no período de 08 a 10 de maio de 2019, na Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

A história da educação de jovens e adultos no Brasil é marcada por práticas assistencialistas. As primeiras iniciativas sistematizadas do Estado em relação à educação de adultos se deram a partir da década de 1940. Essas ações se materializaram, em um primeiro momento, por meio de campanhas e não de políticas.

Na década de 1970 constituiu-se o arcabouço legal do Ensino Supletivo. A Lei nº. 5.692/1971, assim como resoluções e pareceres oriundos do Conselho Federal de Educação (CFE) à época, entre eles o Parecer nº. 699/1972 do conselheiro Valnir Chagas, concebia esse tipo de ensino sob o viés compensatório.

No processo de redemocratização do país essa legislação produzida na década de 1970 foi questionada e revisada; surgiu então, como resultado do processo, o texto da Constituição Federal (CF) de 1988. A CF trouxe avanços importantes ao estabelecer a educação como direito de todos. Anos mais tarde, a Lei nº. 9.394/1996, que fixou as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), ratificou preceitos já mencionados na CF no que se refere à educação e concebeu a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade da educação básica nas etapas fundamental e média. A extensão do direito à educação advinda das leis supracitadas favoreceu a defesa da EJA como direito. Outro fator marcante para essa modalidade se refere à incorporação das matrículas para distribuição de recursos do FUNDEB, a partir do ano de 2007. Por fim, no ano de 2014, a Lei nº. 13.005 instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência para o período de 2014 a 2024. O plano apresenta quatro metas diretamente relacionadas à EJA.

Apesar dos avanços, muitos são os desafios a serem transpostos para que jovens e adultos trabalhadores tenham, de fato, acesso à educação de qualidade. Dados estatísticos recentes evidenciam o não cumprimento de metas intermediárias previstas

no PNE (relacionadas à EJA), percentuais elevados de jovens que não trabalham e nem estudam, bem como de pessoas analfabetas.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir avanços e desafios no tocante à educação de jovens e adultos no Brasil, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Destaca-se que este artigo surgiu a partir da discussão empreendida na primeira seção da Dissertação intitulada “Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA: um estudo de caso no IFSULDEMINAS – *Campus Passos*”, na qual foram discutidas, entre outros temas, as políticas públicas para a educação de jovens e adultos no Brasil.

2 | AVANÇOS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A partir da década de 1940 o Estado demonstrou maior preocupação com a educação de adultos, passando a organizá-la de modo mais sistemático sob sua responsabilidade. Esse novo olhar emergiu após a Segunda Guerra Mundial em meio a discursos sobre a necessidade de reconstrução dos países e da disseminação de uma cultura de paz, os quais conferiram nova missão à política educacional. Nesse contexto surgiram grandes campanhas de alfabetização, entre elas a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no ano de 1947. O analfabetismo era considerado um mal que impedia o desenvolvimento do país e que, portanto, deveria ser combatido.

Já no final da década de 1950, surgiram movimentos de cultura popular que defendiam a educação em sentido político e consideravam o analfabetismo como consequência das desigualdades socioeconômicas. Alguns anos mais tarde, em 1964, o então presidente João Goulart instituiu o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), que tinha como base o Método de Alfabetização de Adultos proposto pelo educador Paulo Freire, com o objetivo de combater o analfabetismo em todo o país. Entretanto, poucos meses depois o regime militar extinguiu o programa e em seu lugar instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que vigorou por mais de dez anos e não alcançou as metas previstas.

Avançando rumo aos anos de 1970, destaca-se a criação da base legal do Ensino Supletivo. A Lei nº. 5.692/1971 apresentou um capítulo, dedicado a esse tipo de ensino, composto por cinco artigos. Segundo o professor Carlos Roberto Jamil Cury – autor de um dos documentos oficiais mais importantes já publicados sobre a educação de jovens e adultos no Brasil: o Parecer nº. 11/2000 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos –, o Ensino Supletivo se destinava a “[...] suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos, que não a tinham seguido ou concluído na idade própria [...]” (BRASIL, 2000, p.19). O Parecer nº. 699/1972 do conselheiro Valmir Chagas, um dos documentos produzidos à época para regulamentar a matéria, apontava quatro funções do Ensino Supletivo: a suplência, o suprimento, a

aprendizagem e a qualificação (BRASIL, 2000). Todas elas concebiam esse ensino sob o viés compensatório. No entanto, conforme asseveram Costa e Machado (2017), toda essa legislação foi questionada e revisada no processo de redemocratização do país do qual resultou o texto da CF de 1988.

A CF trouxe dispositivos importantes para a defesa da educação de jovens e adultos como direito. Já no artigo 205 concebeu a educação como direito de todos; no inciso I do artigo 208 destacou que o dever do Estado com a educação se efetivaria mediante a garantia de “Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4(quatro) aos 17(dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”; no inciso VI do mesmo artigo estabeleceu a “oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”; no artigo 214, ao discorrer sobre o plano nacional de educação, apontou que a implementação de ações no âmbito educacional deveria conduzir, entre outros, à erradicação do analfabetismo (inciso I) e à formação para o trabalho (inciso IV). Esse conjunto de diretrizes reflete a ampliação do direito à educação, bem como uma maior preocupação com a população jovem e adulta excluída do acesso à educação escolar.

A Lei nº. 9.394/1996 (LDB) reforçou a concepção apresentada pela CF no tocante à educação. Além disso, concebeu a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade da educação básica nas etapas fundamental e média. Nesse sentido, o professor Carlos Roberto Jamil Cury assevera que a LDB extinguiu a noção de Ensino Supletivo advinda da década de 1970. Ele considera a constituição da EJA enquanto modalidade como algo positivo, pois chama a atenção para o fato de que esse tipo de ensino tem características e perfil próprios, os quais devem ser considerados no processo de elaboração e implementação das políticas educacionais (BRASIL, 2000). É importante destacar que há divergência entre educadores a respeito da constituição da EJA enquanto modalidade. O professor Miguel Arroyo, por exemplo, declarou-se contrário na Conferência de abertura do I Encontro Mineiro sobre Educação de Jovens, Adultos e Idosos, no ano de 2017. Para ele pensar a EJA como modalidade significa reduzi-la à escolarização, o que desvincularia a luta dos seus sujeitos também pelo direito ao trabalho, à saúde, à moradia, e outros.

A LDB dedica a seção V à modalidade, intitulada “Da Educação de Jovens e Adultos”, que engloba os artigos 37 e 38. Segundo o artigo 37 “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”. Seus parágrafos mencionam a garantia de oportunidades educacionais adequadas, o estímulo à permanência dos educandos e prevê, de modo preferencial, a articulação da EJA com a educação profissional. Na sequência, o artigo 38 estabelece que “Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”. Em seus parágrafos fixam as idades

mínimas para realização de exames e matrícula nos cursos, sendo de 15 anos para a conclusão do ensino fundamental e 18 anos para a conclusão do ensino médio. Por fim, fica estabelecida a possibilidade de aferição e reconhecimento das habilidades e conhecimentos apresentados pelos educandos.

Costa e Machado (2017) classificam como contraditório o processo de constituição legal da EJA ao longo da década de 1990 ao se referirem ao veto do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, para que as matrículas nessa modalidade fossem consideradas para efeito de distribuição de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). O veto ocorreu em meio a avanços legais advindos tanto da CF quanto da LDB.

Somente no ano de 2007, a partir da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas da EJA passaram a ser consideradas para a distribuição dos recursos do fundo no âmbito do Distrito Federal, Estados e Municípios. A Lei nº. 11.494/2007 determinou no artigo 31 que a incorporação das matrículas se daria de forma gradual, de modo que até o ano de 2010 todas elas seriam contabilizadas (BRASIL, 2007). Esse fato representou um avanço, pois não há como pensar o desenvolvimento e a manutenção de uma política pública sem a previsão de recursos financeiros.

Mais recentemente, no ano de 2014, a Lei nº. 13.005 instituiu o PNE com vigência para o período de 2014 a 2024, que apresenta quatro metas diretamente vinculadas à EJA.

Meta	Descrição
Meta 3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.
Meta 8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Meta 9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
Meta 10	Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Quadro 1 – Descrição das metas do PNE diretamente relacionadas à EJA

Fonte: OBSERVATÓRIO DO PNE, 2018. Elaborado pelas autoras.

Naquele ano a aprovação do PNE foi comemorada por grande parte dos educadores, que acreditava que as metas e estratégias previstas no plano trariam importante contribuição à educação do país ao final dos dez anos de vigência, contudo, o cenário atual mostra-se desafiador, especificamente no tocante às metas supracitadas que se relacionam diretamente à EJA.

Sobre a Meta 3, destaca-se que a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos, prevista para 2016, não ocorreu e que a taxa líquida de matrículas desse público no ensino médio em 2017 era de 68,4%, ainda distante dos 85% previstos para 2024 (IBGE, 2017). Em relação à Meta 8, Costa e Machado (2017) chamam a atenção para o desafio de fazer com que em dez anos mais de dez milhões de jovens concluam a educação básica. A Meta 9 refere-se ao analfabetismo. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2017, sobre educação, estimaram a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade em 7%, ou seja, 11, 5 milhões de pessoas não sabem ler e escrever um bilhete simples no Brasil (IBGE, 2017). Destaca-se que a meta estabelecida para o ano de 2015, no qual a taxa de analfabetismo deveria ser de 6,5%, não foi alcançada. Finalmente, a Meta 10 prevê o aumento das matrículas da EJA, nas etapas fundamenta e média, integradas à educação profissional, mas os números recentes evidenciam a dificuldade em elevar esses percentuais. Em 2017, o percentual de matrículas da EJA no ensino fundamental integradas à educação profissional era de 0,5% e no ensino médio de 3%, segundo informações do *site* Observatório do PNE. Esses dados levam à reflexão sobre os desafios a serem transpostos no tempo presente, para que jovens e adultos trabalhadores tenham garantido o seu direito à educação pública de qualidade.

3 | DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Como exposto anteriormente, o fato de as metas intermediárias do PNE (2014-2024) relacionadas diretamente à EJA não terem sido alcançadas, reflete a dimensão do problema a ser enfrentado.

Ao comentar o artigo 38 da LDB, Cury se expressa da seguinte forma:

[...] Dizer que os cursos da EJA e exames supletivos devem habilitar ao *prosseguimento de estudos em caráter regular* (art. 38 da LDB) significa que os estudantes da EJA também devem se equiparar aos que sempre tiveram acesso à escolaridade e nela puderam permanecer. Respeitando-se o princípio de proporcionalidade, a chegada ao patamar igualitário entre os cidadãos se louvaria no tratamento desigual aos desiguais que, nesta medida, mereceriam uma prática política conseqüente e diferenciada [...] (BRASIL, 2000, p. 25, grifo do autor).

Tornar possível a equiparação dos estudantes da EJA àqueles que sempre tiveram acesso e permanência na educação escolar, como expõe o professor, exigirá do Estado e da sociedade civil a transposição de barreiras. Essa modalidade é afetada nos dias

de hoje por questões profundas como a evasão escolar, a falta de formação específica para educadores/as que atuam em seus cursos e programas, a reprodução de espaços e materiais didáticos destinados às crianças e adolescentes, o financiamento insuficiente, e a tudo isso se soma o desprestígio social do qual a EJA é vítima.

Em relação ao financiamento, apesar de as matrículas da modalidade serem consideradas para distribuição dos recursos do FUNDEB, há desigualdade entre os fatores de ponderação na comparação com outros segmentos educacionais, o que influencia os valores financeiros atribuídos por aluno/ano, a serem considerados na distribuição dos recursos do Fundo. Em 2019, enquanto o fator de ponderação para a EJA foi de 0,80, para o ensino médio “regular” urbano foi de 1,25 (BRASIL, 2018b). Ao desconsiderar o princípio da isonomia, essa medida desestimula Estados e Municípios quanto à oferta desses cursos e reforça a marginalização da política para a educação de jovens e adultos no país.

Há ainda 11,5 milhões de analfabetos. As juventudes são penalizadas das mais diversas formas; cerca de 11,2 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos não trabalham e nem estudam ou se qualificam profissionalmente, os integrantes da nomeada geração “nem nem” (IBGE, 2017). Ademais, o estudo *Education at a Glance* divulgado em 11 de setembro de 2018 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apresenta que, no Brasil, 52% das pessoas com idade entre 25 e 64 anos não concluíram o ensino médio (BRASIL, 2018a).

De acordo com Costa e Machado (2017), tanto as experiências relacionadas à educação de jovens e adultos anteriores à promulgação da CF de 1988 (campanhas da década de 1940, MOBREAL), quanto o Programa Alfabetização Solidária nos anos 1990 e o Programa Brasil Alfabetizado, nos dois mandatos do governo Lula e no mandato da ex-presidente Dilma, proporcionaram algum acesso à educação escolar, mas não foram capazes de assegurar a elevação da escolaridade desse público com resultados que correspondessem à conclusão de, no mínimo, quatro anos de estudo. A continuidade dos estudos para o recém-alfabetizado é essencial, pois a pessoa nessa condição que não permanece na escola pode esquecer o que aprendeu e regredir ao analfabetismo (GADOTTI, 2008).

Para superar esses desafios que limitam o direito à educação de milhões de brasileiros/as, será necessário diálogo e comprometimento do Estado e da sociedade civil. Caso contrário, parafraseando o professor Miguel Arroyo, a EJA corre o risco de permanecer às margens no contexto das políticas educacionais da mesma forma que o seu público-alvo é marginalizado na sociedade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços apresentados tanto pela CF de 1988 quanto pela LDB de 1996 não podem ser desconsiderados. Ambas as leis trouxeram dispositivos que ampliaram o direito à educação e que, portanto, favoreceram a defesa da EJA como direito. Ademais, a contabilização das matrículas da EJA para efeito de distribuição de recursos do FUNDEB, a partir de 2007, também representou uma conquista.

A despeito dos avanços legais e conceituais, sabe-se que a educação de jovens e adultos tem sua história predominantemente marcada por práticas assistencialistas e que a noção de suplência, fortemente difundida na década de 1970, ainda permeia as ações nesse campo.

O não cumprimento das metas intermediárias estabelecidas no PNE (2014-2024), a saber: universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e reduzir a taxa de analfabetismo absoluto para 6,5% em 2015, evidencia um cenário pouco promissor. Além disso, informações estatísticas recentes denunciaram um grande número de jovens e adultos excluídos da educação escolar. O estudo *Education at a Glance* divulgado pela OCDE em 2018 apontou que 52% das pessoas com idade entre 25 e 64 anos não concluíram o ensino médio no Brasil. A PNAD Contínua de 2017 sobre educação estimou que cerca de 11,2 milhões de jovens não trabalham e nem estudam e que 11,5 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade são analfabetas.

Para superar esses desafios é necessário (re)pensar e aprimorar as práticas. Ações meramente assistencialistas devem ser combatidas, assim como aquelas que concebem a EJA como sinônimo de caridade. É mister focalizar os problemas concretos que afetam esse tipo de ensino como a evasão escolar, a insuficiência de formação específica para educadores/as que atuam nesses cursos e programas, material didático inadequado e principalmente aumentar o volume de recursos financeiros destinados à política, como forma de incentivar Estados e Municípios quanto à oferta de novas turmas e à manutenção das existentes.

Por fim, é preciso comprometimento político, pedagógico e ético, por parte do Estado e da sociedade civil, no sentido de romper o silenciamento que envolve a EJA. Afinal, milhões de brasileiros/as cujo acesso à educação escolar foi negado ou inviabilizado na idade recomendada por lei, têm direito à educação pública de qualidade em todas as etapas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de out. de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília-DF, 23 dez. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL. Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília-DF, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm > Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. MEC. CNE. CEB. Parecer n. 11, de 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jun. 2000, Seção 1e, p. 15. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf >. Acesso em: 19 jul. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. DEED. **Panorama da educação: destaques do Education at a Glance 2018**. Brasília: 2018a, 24p.

BRASIL. MEC. SEB. SECADI. SETEC. FNDE. **Nota Técnica nº 02/2018**. Metodologia para definição dos critérios de filtragem do quantitativo de matrículas do Censo Escolar de 2018, para fins de operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2019. 2018b.

COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. **Políticas públicas e educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017. (Docência em formação: educação de jovens e adultos / coordenação Selma Garrido Pimenta).

GADOTTI, Moacir. **MOVA, por um Brasil Alfabetizado**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (Série Educação de Adultos;1).

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Educação 2017**. Disponível em: < https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_medialibge/arquivos/05dc6273be644304b520efd585434917.pdf >. Acesso em: 14 nov. 2018.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Indicadores. **Metas**. 2018. Disponível em: < <http://www.observatoriodopne.org.br/indicadores/metas/1-educacao-infantil/indicadores> >. Acesso em: 18 ago. 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação experimental 2, 8

Adolescente 11, 15, 24, 25, 207, 208

Ambiente 1, 2, 3, 10, 11, 13, 14, 18, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 37, 55, 57, 65, 67, 82, 83, 88, 93, 96, 97, 102, 159, 172, 175, 205, 208, 220, 229

Avanços 25, 33, 75, 110, 111, 118, 134, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 177, 178, 179, 181, 184, 217, 227

B

Bibliometria 106, 107, 108, 112, 113, 124

C

Campo Educacional 106, 108, 133, 139, 140, 141, 145, 220

Capitalismo 166, 168, 187, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Cinema 149, 150, 151, 153, 199, 200, 201, 203

Clima organizacional 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 91, 93, 94

D

Desafios 50, 52, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 106, 108, 123, 127, 128, 139, 140, 144, 145, 147, 169, 170, 171, 173, 175, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 210, 216

Desenvolvimento 13, 14, 16, 19, 20, 21, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 57, 59, 60, 67, 75, 76, 78, 79, 80, 83, 88, 95, 100, 101, 103, 104, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 139, 141, 144, 148, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 179, 181, 183, 185, 199, 201, 202, 203, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 223, 227, 231

Direito à educação 54, 137, 177, 178, 180, 182, 183, 184, 211, 212, 213, 214

Docentes 19, 60, 69, 85, 104, 112, 113, 115, 117, 120, 170, 200, 203, 207, 208, 224, 228, 229

E

EAD 166, 167, 199, 200, 201, 202, 203

Educação 11, 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 34, 37, 39, 40, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 157, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221,

222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Educação 4.0 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113

Educação de jovens e adultos 11, 15, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 197

Educação escolar 50, 54, 55, 177, 180, 182, 183, 184

Educação para a paz 128, 131, 134, 136, 137

Educação Patrimonial 95, 101, 103, 104, 105

Educação Profissional 180, 181, 182, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197

Educação Superior 77, 79, 94, 169, 170, 171, 175, 188, 193, 194, 195, 197, 198, 206

Enfermagem 14, 205, 206, 207

Ensino 3, 8, 9, 17, 18, 19, 20, 24, 26, 27, 29, 40, 43, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 101, 103, 107, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 122, 123, 127, 150, 162, 163, 165, 166, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 219, 222, 223, 224, 226, 227, 229, 231

Ensino Superior 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 101, 112, 115, 116, 166, 170, 176, 187, 188, 189, 190, 193, 195, 197, 210, 231

Envelhecimento 20, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Escola 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 43, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 95, 96, 98, 102, 103, 110, 127, 132, 133, 139, 140, 152, 157, 162, 163, 164, 165, 166, 183, 187, 188, 190, 192, 196, 197, 205, 207, 208, 209, 224, 228

escolar 1, 2, 8, 9, 11, 13, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 34, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 95, 98, 102, 103, 104, 105, 126, 148, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 196, 206, 216, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231

Escolar 16, 20, 21, 48, 55, 79, 155, 157, 158, 164, 168, 185, 224, 227, 228

Espaços escolarizados 2, 3

Estudantes da rede pública 71

Éthos organizacional 37, 41, 44, 46

Extensão 4, 21, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 149, 150, 151, 178, 205, 206, 207, 208, 209, 210

F

Forma escolar 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168

G

Gerencialismo 219, 220, 222, 223, 227, 229, 230

Gestão democrática 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 67, 69, 70

Gestão do conhecimento 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Gestão universitária 20, 79, 123, 210

H

História oral 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148

I

Impedimentos 71, 75

Inclusão 17, 18, 20, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 104, 137, 149, 150, 151, 168, 187, 188, 189, 190, 197, 214

Inclusão Social 137, 149, 150

Indústria 4.0 106, 107, 108, 110

Ingresso 53, 71, 73, 75, 76, 77, 121, 188

Interface 18, 21, 125, 126, 127, 134

M

Medicina na arte 149

N

Neurociências 114, 115, 119, 120, 121, 123

P

Parceria Público-Privada 219, 222, 223, 224, 225, 226, 228

Participação 24, 39, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 74, 83, 88, 89, 91, 93, 94, 99, 116, 117, 119, 120, 121, 159, 195, 207, 209

Pedagogia 11, 37, 38, 39, 43, 46, 47, 69, 122, 125, 126, 127, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 148, 163, 169, 186, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Pedagogia Empresarial 37, 38, 43, 46, 47, 199

Pedagogia Jornalística 199, 200, 201, 202, 203

Pedagogia Social 125, 126, 127, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Pesquisa 1, 2, 3, 4, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 37, 48, 51, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122, 125, 127, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 166, 168, 182, 185, 186, 187, 201, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 224, 229, 231

Políticas educativas 192

Políticas Sociais 119, 186, 187, 196

Práxis 38

Projeto Autonomia Carioca 219, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230

Projeto Político Pedagógico 48, 49, 54, 60, 61, 62, 63, 67, 69, 70

Promoção da saúde 18, 149, 150

Q

Qualidade de ensino 48, 50, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 68, 229

R

Resiliência 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

S

Socialização pedagógica 155, 156, 159, 162, 167

Sociedade 1, 2, 13, 16, 25, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 42, 43, 46, 59, 62, 64, 72, 77, 79, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 142, 148, 149, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 177, 182, 183, 184, 192, 199, 202, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 226, 228

Sociedade de controle 155, 156, 164, 165, 167, 168

T

Técnicas 1, 4, 9, 34, 37, 38, 40, 43, 46, 108, 116, 142, 144, 159, 162, 164, 166, 170, 171, 193, 199, 200, 201, 202, 203, 208, 220

U

Universidade 1, 4, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 22, 34, 37, 48, 70, 71, 75, 76, 77, 79, 85, 89, 95, 106, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122, 123, 137, 139, 140, 149, 151, 169, 176, 178, 188, 194, 197, 198, 199, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 214, 231

V

Violência 15, 16, 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 160, 187, 206, 207, 208

Violência Doméstica 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

7

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

7

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020